

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 1.^º de julho de 2024 - Ata n.^º 59.

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **59.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, nossa 2.^a Secretária, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 58.^a Sessão Ordinária, de 25 de junho de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Tercilio se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – MDB): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.^º 118/2024** do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Denian Couto; **Ofício n.^º 666/2024** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros, firmado com a Secretaria de Estado do Turismo no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Promoção do Turismo; **Ofício n.^º 1201/2024** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando anteprojeto de lei (autuado sob o n.^º 440/2024) que acresce os art.^s 28-A e 28-B à Lei n.^º 20.539, de 20 de abril de 2021, que cria a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para prever a possibilidade de concessão de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado aos magistrados e servidores; **Ofício n.^º 1366/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação, a Requerimento dos Deputados Alexandre Amaro e Fabio Oliveira; **Ofício n.^º 7385/2024** do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, comunicando a assinatura de termo aditivo referente ao convênio celebrado com a Unioeste, cujo objeto é a prorrogação de sua vigência para 30 de junho de 2025; **Despacho n.^º 10385954** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Grande Expediente de hoje vamos utilizar, por solicitação da Deputada Ana Júlia, para prestarmos uma homenagem, com a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Missionário Redentorista Padre Joaquim Parron Maria, Reitor do Santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A missão do Padre Parron é marcada pela promoção da solidariedade e da dignidade humana, refletindo o exemplo de Jesus Cristo ao dedicar-se aos marginalizados e necessitados da sociedade. Por essas razões e pelos relevantes serviços prestados ao Paraná, Padre Joaquim Parron Maria passa a ser reconhecido como Cidadão Honorário do Estado do Paraná. Portanto, anuncio e agradeço a presença do Senador Flávio Arns, do Padre Charles Coury, do Frei Aurélio Rodrigues, do Frei Andrey Reimer e também da Sr.^a Meire do Rocio Mendes Alves, que representa neste momento a Deputada

Gleisi Hoffmann. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. Neste momento, concedo a palavra à Deputada Ana Júlia, como proponente da homenagem, para o seu pronunciamento.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Presidente. Obrigada a todos que estão acompanhando hoje esta Sessão. Quero dizer que fico muito feliz de estarmos aqui, hoje, podendo conceder o Título de Cidadão Honorário ao Padre Joaquim Parron. Vindo para cá e pensando neste dia e no simbolismo, os motivos dos quais o levaram a receber o Título de Cidadão Honorário, Padre Parron, me veio a oração, do dia 22 de junho, do Livro Devocional com o Papa Francisco, que tem sido o livro que tenho lido nas últimas semanas. Acredito que ele sintetiza o porquê você merece este título. Ele traz: “Pilatos perguntou: ‘Que farei de Jesus que chamam de Cristo? E todos responderam: ‘Seja crucificado’. Tornou a dizer-lhes: ‘Mas que mal ele fez? E eles, porém, gritaram com mais veemência: ‘Seja crucificado’. Vendo Pilatos que nada conseguia, mas ao contrário, a desordem aumentava, pegou água e lavou as mãos na presença de uma multidão e disse: ‘Estou inocente desse sangue. A responsabilidade é vossa’”. (Mateus, Capítulo 27.) E daí o Papa Francisco traz a reflexão: “Para o cristão é uma obrigação envolver-se na política. Nós, cristãos, não podemos brincar de Pilatos, lavar as mãos. Devemos nos envolver na política, pois a política é uma das formas mais altas da caridade, porque busca o bem comum. E os leigos cristãos devem trabalhar na política. Não é fácil, a política está muito suja, mas me faço a pergunta: por que está suja? Não será porque os cristãos se envolveram na política sem o espírito evangélico?” Trabalhar para o bem comum é o dever do cristão e muitas vezes a opção de trabalho é a política. Há outras estradas, professor, por exemplo, mas a atividade política em prol do bem comum é uma das estradas e isso é claro. Padre Parron, o senhor tem mais do que uma vocação, tem o sacerdócio, mas trouxe também na sua vocação a política e faz a política na sua forma mais pura e bela, que é no bem comum. E traz o verdadeiro espírito do evangelho no motivo de se fazer a política, combatendo aquilo que se tem que combater: combatendo a fome; combatendo a desesperança; combatendo a falta de moradia; a falta de igualdade social e equidade social. É

por esse motivo e por essa política tão humana, tão cristã e sem pensar em nada em troca, sem pensar em benefício nenhum, que temos a honra hoje de poder lhe conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná. Olho para o Plenário, no primeiro balcão, e vejo o Movimento Social por Moradia, a galera do Fort enchendo as nossas galerias. São essas pessoas que todos os dias o senhor acompanha nas ocupações, aqueles que mais precisam e que mais estão sujeitos às desigualdades e às injustiças da vida, e que temos essa alegria de estarem aqui hoje, porque vi o senhor acompanhar todas essas pessoas debaixo de chuva, pisando no barro, indo conversar com elas quando ninguém mais queria, dando o seu nome e a sua reputação para fazer com que as autoridades e o Poder Público as recebessem. Isso é muito bonito. O senhor não precisaria de nada disso. O senhor já faz a sua missão e a sua vocação, mas trouxe também a importância de fazermos a política em prol do bem comum. Parabéns, Padre Parron. Para nós é uma alegria podermos construir a sociedade e a política junto com você.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): É oportuno, aproveitando o momento, que registremos o aniversário da Deputada Ana Júlia no dia de ontem. Parabéns, em nome de todos os Deputados. Neste momento, concedo a palavra ao nosso homenageado, Missionário Redentorista Padre Joaquim Parron Maria.

PADRE JOAQUIM PARRON MARIA: Quero cumprimentar o nosso Presidente. Obrigado, querida Deputada Ana Júlia. Eu quero hoje agradecer primeiramente a Deus por esta oportunidade de falar com os senhores aqui, a minha família, a Congregação Redentorista; também a organização popular Fort, que tem surgido justamente dessa caminhada na periferia de Curitiba na busca de moradia, de dignidade. O eixo do nosso trabalho, até converso muito com a Ana Júlia, é a dimensão da solidariedade. E quando falamos em solidariedade é um tema que chama a atenção de toda a sociedade, não importa qual a ideologia que a pessoa está vinculada. E quando buscamos a solidariedade sabemos que não é apenas dar comida, um prato de comida, isso é importante, mas também promover às pessoas para a dignidade de vida. E, hoje, um dos elementos que mais a sociedade precisa é a dimensão da solidariedade com aqueles e aquelas que

sofrem. Quando olhamos, por exemplo, no livro do profeta Isaías, no capítulo 10, é interessante que o profeta Isaías – e é interessante falar isso que estamos hoje nesta Casa de Legislação –, e o profeta Isaías diz: “*Ai daqueles que fazem leis iníquas, daqueles que escrevem apressadamente*”. Veja a palavra do profeta: “*apressadamente sentença de opressão aos mais pobres, para negar a justiça ao vulnerável e o direito ao oprimido do meu povo*”. Ao falar hoje, neste momento, ao receber o título, é importante recordar que toda a teologia do povo judeu que remonta para nossa teologia cristã está em cima da dimensão da justiça social. Muitas vezes, fazemos uma teologia baseada em moralismo ou apenas em elementos que não tocam a pessoa toda. Quando voltamos o nosso olhar para a Sagrada Escritura, no Antigo Testamento, encontramos várias vezes a chamada para a questão da justiça social. Quando olhamos para o Novo Testamento, um dos textos que mais chama a atenção é justamente o texto que temos o bom samaritano. Quando o doutor da lei, que sabia toda a lei judaica, a lei mosaica, mas faltava uma coisa: além de amar a Deus, é amar o próximo. E no capítulo 10 de São Lucas, quando Jesus conta então para aquele homem que sabia a lei, mas não sabia ainda quem era o próximo, ele conta a história daquele homem caído, machucado, vulnerável, que passam sacerdotes, levitas, doutores da lei, mas somente um samaritano que viu, sentiu misericórdia e socorreu. Este é o exemplo, nossa querida Deputada Ana Júlia, que chamamos a atenção para a sociedade. O que nós, enquanto Deputados, religiosos, sociedade, podemos fazer por aqueles que estão nas periferias, muitas vezes caído na rua e não tem como levantar porque não tem onde morar, não tem o que alimentar, e fica jogado ao destino às vezes do sofrimento. E quando olhamos finalmente para a doutrina social da Igreja, que tem suas raízes no Evangelho de Jesus, mas tem a sua manifestação com o documento do Papa Leão XIII, *Rerum Novarum*, publicado em 1891, é interessante perceber que nesse documento lá atrás, mais de 100 anos atrás, o Papa Leão XIII chamava a atenção justamente da solidariedade com as pessoas que sofriam. O povo naquele período era fruto da exploração do capital que se manifestava justamente na Revolução Industrial, de modo especial na Inglaterra, na Alemanha. E o próprio Papa é o primeiro a começar a falar sobre os direitos da

Previdência Social, e hoje se discute isso. O Papa começa a falar sobre o direito de descansar no final de semana, de ter férias, os direitos básicos do operário e da operária. E é interessante que esse discurso do Papa de *Rerum Novarum*, um documento publicado no século XIX, tornou-se lei em muitos países na Europa e veio, também, para o nosso Continente. Hoje, o Papa Francisco continua ainda fazendo eco a esse documento quando pede dignidade para os sofredores, que a sociedade faça, ajude a fazer leis que protejam o vulnerável, que proteja aquela pessoa que não tem com quem contar, o único que pode contar é Deus e, também, as leis que esta Assembleia pode promulgar, fazer, elaborar e tocar para frente. Então, ficam aqui as minhas palavras, concluindo que a nossa caminhada é justamente isto: promover a justiça social por meio de atos de solidariedade. Moradia para aqueles que não têm moradia; comida para aqueles que não têm comida; educação para aqueles que não têm acesso a uma escola que possa dar uma educação concreta para a vida e a sociedade de hoje. Então, agradeço muito todos vocês que participaram. E quero oferecer este título hoje para a nossa Igreja Católica e para todas as pessoas de boa vontade, que lutam por justiça, direito e que queiram promover a solidariedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Solicito ao Deputado Tercilio Turini, 1.º Secretário em exercício, hoje, que proceda à leitura dos termos do título de Cidadão Honorário do Paraná a ser conferido ao Missionário Redentorista Padre Joaquim Parron.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – MDB): “*República Federativa do Brasil. Estado do Paraná. Cidadania Honorária do Paraná. Os Poderes constituídos do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 21.887, datada de 19 de março de 2024, conferem ao Sr. Joaquim Parron Maria o título de Cidadão Honorário do Paraná, para o que mandaram expedir o presente Diploma. Curitiba, 1.º de julho de 2024. Carlos Massa Ratinho Júnior, Governador do Estado do Paraná; Deputado Ademar Luiz Traiano, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná; e Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.*”

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Antes da entrega do título, vamos conceder a palavra ao Senador Flávio Arns, que vai também se pronunciar sobre a importância desta homenagem.

SENADOR FLÁVIO ARNS: Permitam-me ficar em pé. Quero cumprimentar, em primeiro lugar, o Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado, Deputado Ademar Traiano; a Deputada Maria Victoria, cumprimentá-la pelo aniversário da filha também hoje, que está completando um ano de idade; o Deputado Tercilio Turini; Deputados e Deputadas aqui presentes; os movimentos sociais, de uma maneira muito particular, que estão nas galerias, o Fort, que tem, assim, um entrosamento também muito forte, muito bom e necessário com o Padre Parron; todos que nos acompanham pela *TV Assembleia*, demais pessoas aqui presentes. E cumprimentar de uma maneira muito especial o Padre Parron, que chamamos de Padre Parron. É Joaquim Parron Maria, mas para nós, carinhosamente, é o Padre Parron. O Padre Charles está aqui presente também, acompanhando, e os demais. Quando pensamos no Padre Parron, em primeiro lugar, sempre digo, vemos aquela pessoa que acolhe. Todos sabem quando estamos sendo acolhidos, não é verdade? É a atitude, é a abertura, é o sorriso, é a palavra, o diálogo. E diria que o mundo precisa disto: pessoas que acolham, que recebam, que demonstrem esta solidariedade só pelo olhar, pela palavra, que é o que o Padre Parron faz. Além disso, o Padre Parron é uma pessoa muito preparada academicamente, tem mestrado, tem doutorado, uma vida acadêmica muito importante, e isso é muito bom para dizermos para todos os jovens, independente de ideologia, como foi colocado pelo Padre Parron, que realmente precisamos ter a possibilidade de estudarmos. Então, o Padre Parron é bom nessa área. Ao mesmo tempo, não é só teórico; se olharmos o SOS Vila Torres, que se transformou depois em um programa municipal, foram milhares de atendimentos em um momento muito difícil da história do Brasil e do mundo, na hora da pandemia. SOS Vila Torres, SOS Mundo Inteiro, combate à fome, dá educação, chances e oportunidades para que as pessoas se sintam dignas, com uma vida adequada. Isso é o Padre Parron também. Não só em Curitiba! Padre Parron foi para vários Estados do Brasil como redentorista. Se pensarmos no polo turístico

religioso Nossa Senhora do Rocio, em Paranaguá, Padre Parron esteve lá por tanto tempo coordenando, animando, trazendo as pessoas junto, para que pudessem também proporcionar para os paranaenses o orgulho de termos a nossa padroeira em um polo turístico religioso, independentemente, como enfatizei diversas vezes, de religião, porque o polo turístico religioso é para reunir pessoas. Lá no Vaticano vão todas as pessoas de todas as religiões porque é bonito, é importante, são acolhidas. E Padre Parron não ficou só no Brasil, foi para vários países do mundo para trabalhar, orientar, fazer, dizer como as coisas poderiam acontecer. Então, o mais importante de tudo isso: temos uma pessoa que acolhe, uma pessoa preparada, uma pessoa, Padre Parron, que quer transformar direitos em realidade, não ficar só no discurso, mas na prática. E o exemplo está aqui em cima também: a luta por uma moradia, que é um direito humano fundamental. Moradia, casa, lar, que as pessoas possam dizer no fim do dia: *Vou voltar para casa.* A casa é o sinal da paz, que, junto com a educação, junto com a saúde, junto com a comida, tem que promover o ser humano. Então, Padre Parron e Ana Júlia, que foi a proponente desta Cidadania Honorária... O Padre Parron não nasceu no Paraná, mas estamos dizendo: *Queremos que você – permita-me dizer assim – seja paranaense.* Como é que fazemos isso? Cidadania Honorária do Paraná. Então, recebemos o Padre Parron como cidadão honorário do Paraná porque a humanidade precisa de muitas pessoas como o Padre Parron. O mundo será muito melhor com muitos Padres Parron, como existem muitas pessoas por aí, mas temos que ter as referências, e a referência, Padre Parron, que bom que você está aqui, continue firme na caminhada. E, certamente, todo um povo está junto para a construção da solidariedade. Parabéns! Que bom. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, convido todos os Deputados e Deputadas, vou **suspender a Sessão** por um instante para que possamos fazer a entrega do título de Cidadania Honorária ao Padre Joaquim Parron.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Primeiro orador inscrito, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar inicialmente o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo; cumprimento o Líder da Oposição; cumprimento os Deputados, caros Pares, representantes do povo paranaense; cumprimento as pessoas de bem que estão aqui assistindo presencialmente esta Sessão na Assembleia Legislativa; e cumprimento você, cidadão de bem, honesto, que nos assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, estou extremamente preocupado com o Paraná, estou extremamente preocupado com Curitiba. A droga, infelizmente, foi liberada em nosso Estado e em nosso município. Sim, a droga. Decisão da nossa Corte Constitucional, Batatinha, estabeleceu que 40 gramas, Deputada Cloara, de *Cannabis Sativa* não configura em regra o tráfico de drogas. Como se 40 gramas fosse uma pequena quantidade. Trouxe para vocês que nos assistem através da *TV Assembleia*, para vocês colegas Deputados uma balança de precisão, que está aqui, similar àquelas utilizadas por traficantes de drogas. Tenho aqui aproximadamente 40 gramas de erva. Esta é a quantidade que está liberada em Curitiba, esta é a quantidade que está liberada na sociedade paranaense. Por isso, as decisões de Brasília sem dúvida alguma importam, e importam muito para a sociedade curitibana e paranaense. Por que importam muito? Importam muito porque mudam a nossa realidade. Decisões desprovidas de realidade fática aumentam o consumo de drogas. A droga é algo que faz mal para sociedade. A droga leva à não socialização, a droga leva a princípios antagônicos aos da família. Só são favoráveis à droga aqueles que nunca viram nossas ruas de Curitiba, o Centro tomado por usuários de drogas, que começaram sem dúvida alguma pela *Cannabis Sativa*, que começaram pela maconha. E infelizmente o Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, estabeleceu até o *modus operandi* dos criminosos. É isso mesmo, Pastor Marcelo, da igreja O Alvo, que aqui se encontra, que tanto luta, juntamente com o nosso Bispo Rafael Querido, pela ressocialização, que tantas pessoas tiram das drogas, que tantas pessoas tiram das ruas. E agora, Pastor Marcelo, nossa Corte Constitucional estabelece o

modus operandi. Como vai funcionar hoje, Batatinha? Como vai funcionar hoje, Deputado Alexandre Curi? Vai funcionar da seguinte maneira, para vocês compreenderem: o traficante vai ter no máximo 40 gramas de *Cannabis Sativa*, Batatinha, e cada vez ele vai repor o seu estoque. Eu fiz o cálculo. Aqui tem mais ou menos 100 cigarros, 100 baseados, e aqui tem uma outra balança de precisão. Já que dois baseados chegam em mais ou menos, vamos pesar aqui, três baseados, seis gramas, quatro baseados menos de uma grama. Esses são os fininhos. Obviamente, existem usuários que fumam o denominado “charuto” e nós temos, sem dúvida alguma, Deputados que estavam na Marcha da Maconha, inclusive o Deputado Renato Freitas, que deve conhecer muito bem a quantidade que se utiliza em um baseado. Pois bem, isso é o que o Supremo Tribunal Federal trouxe para nós, Deputado Alexandre Curi, que lhe mostro aqui. A liberação da droga, Deputado Adriano José. Esta é a quantidade de droga liberada nas ruas. Você, como policial que foi, dedicado, não pode mais conduzir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, V.Ex.^a passa a usar o horário da Liderança.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Um policial não pode mais conduzir alguém por uma quantidade de 40 gramas. O Supremo Tribunal Federal, infelizmente, tem usurpado a competência do Congresso Nacional e a imprensa e a sociedade nada falam. Se pegarmos a Constituição Federal de uma forma taxativa, grammatical, e essa é a hermenêutica verdadeira, a exegese verdadeira, nada daquelas interpretações teratológicas monstruosas, que é a interpretação “*conforme interpretação sistemática*”. Vemos no art. 22, inciso I, que está aqui, senhores, que compete privativamente à União legislar sobre Direito Penal. É a interpretação grammatical da Constituição Federal. O que é a União? É o Congresso Nacional, os 513 Deputados Federais e 81 Senadores. Como pode o Poder Judiciário em sua cúpula legislar? Quem tem que legislar é o Congresso. Alguns desavisados ou de má-fé dizem que, em virtude da omissão do Congresso, o Supremo age. Não é verdade. Nós temos uma lei até recente, que é a Lei n.^º 11.343/2006, que estabelece no art. 28 e no capítulo III, Dos

Crimes e das Penas, estabelecendo que a posse e o porte de drogas é crime. E agora a nossa Corte Constitucional, em interpretação da Constituição, ou seja, apagando o texto constitucional, porque a Constituição é clara que compete à União legislar sobre o Direito Penal, estabelece que o Capítulo III dos crimes e das penas não existe mais, ou seja, temos um poder ditatorial. E é um poder ditatorial que suprime a vontade da população porque Curitiba não quer drogas, porque o Paraná não quer drogas nas ruas. Por isso, peço o apoio de V.Ex.^{as} em relação a um Projeto de Lei que apresentei, junto com o Deputado Alexandre Curi, que estabelece multas administrativas para os maconheiros. Já que não vão pagar criminalmente, que paguem pecuniariamente, porque se querem fumar maconha que vão para suas casas, não usem praças, não usem nossas ruas, Sr. Líder do Governo. Essa é a situação que vivemos hoje. Quarenta gramas estão em regra liberadas e isso não configura mais tráfico de drogas. Mais de 100 cigarros! Mais de 100 cigarros de maconha não configuram mais tráfico. Configuram o quê? Um ilícito administrativo, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal. Ora, senhores, que ilícito administrativo é esse que se estabelece competência para a Polícia apurar. Nós temos o princípio da legalidade do art. 1º: *Não há crime sem Lei anterior que o defina, não há pena sem prévia cominação legal.* Artigo 1º do Código Penal. Que vem de um brocado latino importantíssimo *Nullum crimen, nulla poena sine praevia lege*, atribuído a Ludwig Von Feuerbach. Desta forma, questiono: Como a polícia pode conduzir para a delegacia alguém se em regra não é crime? Estará o policial cometendo crime de abuso de autoridade. Imaginem ilícitos administrativos serem levados até uma delegacia. Então, vivemos efetivamente tempos muito difíceis, em que valores são deixados de lado. Só libera a droga quem não sabe e não conhece os males da droga ou se tem má-fé, porque em um dos retiros espirituais que estive na Igreja O Alvo, está aqui o Pastor Marcelo, quando fui de ônibus, Pastor, sentei ao lado de um morador de rua. E hoje ele foi ressocializado, ele foi reintegrado pela Igreja O Alvo, mas sabemos a dificuldade e sabemos que a chance de conseguir tirar alguém da rua que está dominado pela droga é muito difícil, porque a droga, para nós evangélicos, para os

seguidores da Bíblia, significa, os pastores que estão aqui, Pastor Gilson, Pastor Alexandre Amaro, significa Satanás, significa o mal, significa o ruim, significa aquilo que nós não queremos, significa aquilo que temos que afastar dos nossos filhos. Pergunto, Pastor Gilson, se os maconheiros de plantão que defendem a liberação das drogas dariam maconha para seus filhos? Gostaria de saber. Gostaria de questionar. Porque nós Estado, quando nos manifestamos, seja através dos três Poderes, passamos uma ordem para a sociedade daquilo que é bom, daquilo que é certo, daquilo que é correto, e fomentamos condutas. E será que é essa conduta que queremos fomentar, da utilização da maconha? Um Parlamentar conhecido disse em um debate comigo que o álcool fazia mais mal do que a maconha, que o cigarro fazia mais mal do que a maconha. A questão é a seguinte: Se essa for uma verdade, vamos liberar mais uma droga para os nossos filhos? Se já temos o álcool, se já temos o cigarro, vamos liberar mais drogas? O que queremos é a vida com princípios. E vida sem princípios é uma vida desregrada, desraizada, é uma vida que tem como consequência o insucesso, que leva aos problemas, que leva à degradação social. Então, o que buscamos é o quê? É a ascensão, da mesma forma que a Equipe Osíris, que aqui se encontra, Sr. Líder Governo, jovens que têm um grupo que se reúne em uma garagem – está aqui até o Marciano, logo acima, na galeria, do Grupo Abutres –, que venceram nos Estados Unidos da América, Sr. Líder Governo, digo que venceram, ficaram em segundo lugar, mas tinha 38 países, ficaram em segundo lugar no Campeonato Mundial de Robótica. Jovens paranaenses que não usam maconha, que não usam drogas, que são exemplos para todos nós. Queremos que nossos jovens se aproximem de vocês. Por isso, contem com o Delegado Xerifão, com o Governo sempre apoiando ações como essas, maravilhosas. Vocês são o lado antagônico da droga, o lado contrário, porque como delegado conheço a realidade das nossas ruas e do nosso cotidiano. E digo mais, liberar drogas não é o caminho. Diga não às drogas, diga sim à vida. Quarenta gramas de maconha, de *Cannabis Sativa* não é mais crime. O que é isso? Onde estamos? O que vamos esperar da nossa sociedade tendo disponível não mais como ilícito criminal e sim como ilícito administrativo a liberação de 40 gramas?

Quero lembrar que o Ministro Gilmar Mendes, em seu primeiro voto, manifestou-se pela liberação de todas as drogas. O Ministro Gilmar Mendes queria liberar o LSD, queria liberar a morfina, queria liberar o crack, que vicia já na primeira utilização. Quem duvida disso dá um *Google* e verifica o primeiro voto do Ministro Gilmar Mendes. Por isso que essa usurpação de competência não pode mais existir. Precisamos cobrar dos nossos Senadores o *impeachment* dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que têm usurpado competência e decidido pela vontade da população, porque a vontade da população curitibana e paranaense não é pela liberação das drogas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do ex-Vereador de Maringá, Humberto Henrique, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Seja bem-vindo. Próximo orador, Deputado Fabio Oliveira.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr.^s Deputados que compõem a Mesa. Boa tarde, Ex.^{mos} Colegas que estão no Plenário, funcionários da Casa, imprensa que trabalha tão bem aqui cobrindo esta Casa de Leis. Senhor Presidente, como Frente Parlamentar de Engenharia nos reunimos hoje de manhã, aqui na sala da CCJ, junto com entidades, como a Fiep, a Faciap, a Fetranspar, o Instituto de Engenharia do Paraná e o Crea, onde discutimos sobre ferramentas de fiscalização em relação às obras de infraestrutura, as obras de pedágio aqui do nosso Estado do Paraná. Foi amplamente coberto pela mídia, pelos jornalistas, diversas tevês e jornais estiveram cobrindo, dando o devido crédito a esta Casa de Leis pelo trabalho que tem feito frente à questão do pedágio. Outro assunto que me traz aqui nesta tribuna é em relação ao que aconteceu e que o Delegado Tito muito bem falou, aqui, anterior a mim, o que aconteceu na última terça-feira, depois de encerrarmos a sessão nossa, da nossa Assembleia. O que aconteceu em Brasília foi um verdadeiro absurdo. O Supremo Tribunal Federal descriminalizou o porte da maconha para consumo próprio em mais uma ação de ativismo judicial, atropelando o Congresso Nacional. Quarenta gramas. Quarenta gramas, hoje, segundo o STF, é o que separa um usuário de um traficante. Para se ter uma ideia

dessa pequena quantidade de droga chancelada pelo STF, segundo a *Folha de São Paulo*, essa quantidade permite produzir em torno de 133 cigarros de maconha. E o que me chamou bastante a atenção em relação a essa legislatura que o STF fez na terça-feira, foi a fala de alguns Ministros, mas, principalmente, a fala do Ministro Luiz Fux, quando ele disse o seguinte: “*Não somos juízes eleitos. O Brasil não tem governo de juízes*”. Concordo totalmente com a fala dele e, ainda, lembrei uma fala do Dr. Ives Gandra, quando ele disse que estamos vivendo aqui no Brasil, neste momento, uma intervenção no Poder Legislativo por parte do Poder Judiciário. Se os ministros do STF realmente quiserem legislar, a minha opinião é que eles disputem uma eleição e que vão para um outro Poder, que é o Poder que esta Casa representa, que é o Poder Legislativo. O que aconteceu na última semana foi mais uma das inúmeras interferências do STF, que já somam mais de 600 decisões, atropelando o Congresso Nacional. Isso não sou eu que estou dizendo, é o estudo que foi feito pela Universidade de São Paulo, que foi divulgado pelo *Estadão*, onde mostra que de 1988, quando começou a nossa Constituição, até 2004, foram 36 vezes que o STF atropelou o Congresso. De 2005 até agora foram 636 interrupções e intervenções. Foi um aumento de 1600% das vezes que o STF simplesmente desconsiderou o nosso Congresso Nacional. Um outro ponto que precisamos lembrar é sobre os casos que dizem que foram casos de sucesso. Isso é falcatrua, porque a Holanda ela legalizou o uso da droga em 76, o tráfico de drogas na Holanda aumentou e, hoje, é um paraíso para os traficantes na Europa toda. O Uruguai, aqui do nosso lado, foi feito também um trabalho parecido na questão da legalização, só que o número de assassinatos em relação a narcotráfico aumentou, e aumentou o número de usuários em pelo menos 66%. E em relação aos Estados Unidos, na Califórnia, nem vou falar porque todos já vimos vários vídeos, mas me chamou a atenção o Oregon, onde houve um aumento de 41,6% no número de mortes por overdose, entre 2022 e 2023, e aumentou o número de crimes envolvendo droga em 17%. Além de tudo isso, Sr. Presidente, cabe lembrar a questão que envolve o que a droga causa na mente dos seres humanos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Obrigado, Sr. Presidente. Para finalizar minha fala, é inadmissível que uma instituição criada para zelar da Constituição se torne um legislador de toga, subvertendo a ordem democrática e desrespeitando a vontade popular. Não podemos permitir que o Brasil seja governado por decisões judiciais que ignoram a soberania do voto. Somente assim vamos garantir um Brasil verdadeiramente democrático, onde o povo é representado por aqueles em que eles votaram, ou seja, quem o povo escolheu para efetivamente legislar. Basta de usurpação! Basta de ativismo judicial!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra o Deputado Cobra Repórter.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os Deputados. Está cheio de cigarro aqui. O Delegado Tito deixou alguns aqui. Senhor Presidente, subo nesta tribuna hoje porque tenho recebido muitas denúncias, especialmente da cidade de Londrina, de Cambé, de Rolândia, de Arapongas, de empresários; tenho recebido denúncias de alguns órgãos ligados ao Governo, a respeito de pessoas que estão apresentando muitos atestados. E pedi que a minha equipe pudesse fazer uma investigação, pudesse dar uma olhada nisso, Deputada Cloara Pinheiro, que está na 1.^a Secretaria, e aí, Sr. Presidente, verifiquei que algumas empresas da cidade de Londrina fazem o telemedicina, fazem a consulta *on-line*. E essa consulta *on-line* custa R\$ 25,00. E, Deputada Márcia Huçulak, você que é bem ligada à saúde, eu até falava com o Deputado Tercilio Turini e o Deputado falou: “Ah, é *alguma promoção que eles estão fazendo porque está muito barata a consulta por R\$ 25,00*”. E ali, Batatinha, depois da pessoa ser consultada de maneira *on-line*, recebe, se precisar, um atestado. Um atestado de um dia, de dois dias, de três dias. E percebi também, Sr. Presidente, que têm pessoas que às vezes recebe dez dias de atestado; têm pessoas que às vezes recebe cinco dias de atestado. O camarada não vai trabalhar hoje, não vai trabalhar amanhã e, depois, chega na empresa ou no local

onde trabalha e apresenta o atestado. Então, estou pedindo, através de um Requerimento, estou pedindo investigação do CRM, estou pedindo também para o Ministério Público investigar, porque não é a minha área medicina, mas saber que o cara está fazendo uma consulta *on-line* e que de maneira *on-line* ele recebe o atestado é para acabar. Acho que tinha que ser presencial para ter o atestado. Será que estou errado, Sr. Presidente? E aí há algo que me deixa assim ainda mais estarrecido. Estou vendo aqui: o maior número de atestado é por ansiedade. O senhor tem ansiedade, não é, Presidente? Acho que a maioria das pessoas aqui tem ansiedade. O maior número de atestado que as pessoas apresentam é por ansiedade. O camarada fala que está ansioso porque tem algum problema que está atrapalhando a vida dele: preocupação excessiva, uma preocupação persistente, algo que está atrapalhando a vida dele e que ele está muito ansioso. Então, por isso que ele está precisando de um atestado. E aí, gente, ele acaba ficando dois, três, quatro dias afastado do trabalho. Mas, Sr. Presidente, ainda tem algo que acho mais absurdo, que o cara não vai trabalhar porque diz que está doente, mas aí na rede social dele está lá, ele tira foto, ele posta foto. Quer dizer, ele está ansioso e para trabalhar não serve, mas para passear, para fotografar e para postar está tudo certo. Então é cada absurdo que vou te falar, rapaz! Então, estamos pedindo uma investigação do CRM e, também, do Ministério Público, sobre a máfia dos atestados que está acontecendo na cidade de Londrina. Estou pedindo uma investigação profunda neste caso, para que possamos esclarecer. Tenho aqui até o nome de algumas empresas. Não vou citar, Sr. Presidente, para não cometer nenhum tipo de injustiça, mas que a investigação seja feita porque essas empresas não aguentam mais. O empresário está lá dependendo da pessoa para trabalhar, para tocar uma máquina, e, de repente, o cara não aparece para trabalhar e, depois, apresenta o atestado dizendo que estava ansioso. Então é um fato que vem acontecendo em Londrina e que estamos pedindo providências do Ministério Público e, também, do CRM, para que possamos ter a certeza do que está acontecendo. Senhor Presidente, aproveitando os minutos que me restam ainda, quero falar de duas questões importantes. Já tínhamos uma dificuldade muito grande aqui no Paraná, que eram as liberações ambientais. O

Governador Ratinho Júnior tem feito um esforço muito grande com a Secretaria do Meio Ambiente para resolver esse problema, mas eis que agora apareceu o Iphan. E o Iphan tem sido um problema também, Sr. Presidente. O Iphan que é um órgão federal, eu estive lá, aliás, a pessoa que está à frente do Iphan é uma excelente pessoa, tem a maior boa vontade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir, ou V.Ex.^a pode usar o horário da Liderança se pretender.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Posso usar o Horário da Liderança, Romanelli? Ok. Então, Presidente, o Iphan hoje tem sido um problema na vida das pessoas também. O cara tem um loteamento para ser liberado e aí vai para o Iphan: seis meses, às vezes um ano para fazer a liberação do Iphan. E quando estive lá, no órgão, conversando com a pessoa que está à frente, ela falou: “*Peço socorro porque não tenho técnico suficiente para fazer as avaliações e, dessa forma, expedir a licença*”. Então está travando os empreendimentos no Paraná o tal do Iphan, inclusive já foi matéria aqui, desta Casa, lembro que o Deputado Tercilio Turini esteve aqui comentando porque o Iphan atrasou a obra da rodovia PR-445, em Londrina, demorou muito tempo. Mas agora, rapaz, está travando o desenvolvimento do Estado em uma série de questões. Quero dizer mais uma vez: não é culpa da pessoa que está lá, nem dos técnicos que estão trabalhando, mas que tem que ter mais pessoas trabalhando, porque realmente não tem como o Iphan continuar daquele jeito, porque está um problema sério. O tal do Iphan está atrapalhando a vida daqueles que querem seguir com o progresso no Estado do Paraná. Senhor Presidente, e o Dnit, rapaz? O Dnit também é um outro problema, e quero falar agora lá de Rolândia. Teve um acidente ontem ali na BR-369, na cidade de Rolândia. Tinham umas tartarugas no meio da pista. O Dnit foi lá, fez um recape na rodovia, ficou a coisa mais bonita do mundo, ficou trafegável e os motoristas aproveitam para acelerar. E, lamentavelmente, não tem nada de segurança lá. Então, por um lado se o Dnit fez uma coisa boa de recuperar a via, mas acabou tirando aquilo que trazia segurança para as pessoas e, lamentavelmente, um senhor acabou pagando com vida. Então, subo aqui nesta tribuna hoje para fazer um pedido para o Dnit: que possa voltar com a sinalização,

que possa voltar com as tartarugas, que possa fazer lombada, que possa colocar radar, qualquer coisa, mas que não deixe as pessoas morrerem, pelo amor de Deus. É uma travessia altamente perigosa, não tem passarela, não tem viaduto. Aliás, estamos trabalhando para que tenha um viaduto naquele local. O DER já fez a aprovação, mas, lamentavelmente, o Dnit e a Rumo, que explora a Rede Ferroviária, não entram em um acordo. Enquanto isso pessoas estão morrendo naquele trecho. Não aguentamos mais vermos as pessoas morrendo e não podermos fazer nada. A Rumo diz que não pode fazer o viaduto, porque tem a linha férrea próxima; o Dnit diz que não pode fazer o viaduto se a Rumo não autorizar; mas as pessoas podem continuar morrendo? Essa é a pergunta que faço. Então, tudo o que vamos fazer é muito burocrático, é muito difícil, e ainda dependendo de alguns órgãos que não têm o mínimo interesse de resolver os problemas. Então, faço o apelo aqui para o Dnit que possa resolver o problema da BR-369, ali no Município de Rolândia, próximo à Igreja da Ressurreição, próximo à JBS, na saída de Rolândia para a cidade de Arapongas. E pedir para a Rumo, que tantos acidentes já aconteceram ali, muitas pessoas já morreram, e a Rumo não tem a mínima vontade de resolver o problema. Pedi agora para a minha equipe marcar uma reunião lá na Rumo, e a resposta que veio é que este mês é impossível marcar reunião. Então, as pessoas podem continuar morrendo. Isso é um absurdo! Senhor Presidente, era isso que gostaria de falar aqui, hoje, nesta Casa, pedindo uma investigação para a máfia dos atestados, que está *deitando e rolando* na cidade de Londrina. Vinte e cinco reais custa a consulta, Sr. Presidente! É barato demais. Vinte e cinco reais e você faz a consulta *on-line* e já sai com o atestado, rapaz! *É dois dias que você quer?* *É três dias?* *É uma semana?* Olha que absurdo! Chegam lá, apresenta o atestado e não precisa ir trabalhar. Tem isso lá em Cascavel também, Batatinha? Porque em Londrina tem bastante, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Cobra, fico feliz de ouvi-lo, porque essa prática não é em Londrina. Coitados dos empresários! Falo com propriedade porque meu filho hoje gerencia uma indústria de confecções com 250 funcionários. O problema não é nem os idosos, hoje, chegou em um

posto de saúde, o médico olhou, não consulta: *Está com depressão e atestado, cinco dias, 10 dias.* Imagine o mal que isso causa dentro das empresas. Então, V.Ex.^a tem razão. Cheguei a chamar o Prefeito da minha cidade para falar com os médicos e não tem solução. Você imagine uma indústria de confecção, não é só a nossa, mas é geral, quando você tem uma regra de produção, faltou um funcionário em um grupo, a produção cai lá embaixo. Todo mundo com depressão. Daí eles vão trabalhar em outros locais porque compensa, nos dias em que ficam fora. A verdade é essa. Com a palavra, Deputado Tercilio.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Deputados, estou encaminhando um expediente hoje para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, perguntando se procede a informação que está faltando o medicamento *Tamiflu*, o genérico que é produzido pelo Ministério da Saúde, pela Fiocruz, que é o *Oseltamivir*, se essa informação procede. Estamos vivendo um período de inverno e eu diria que estamos vivendo um surto de gripe H1N1. Recebi a informação na semana passada, mais para o final da semana passada, de vários colegas médicos, que disseram o seguinte: é impressionante, pelo menos lá na minha região em Londrina, a quantidade de pacientes com sintomas e com diagnóstico de H1N1. Hoje existe um medicamento específico para tratar a Influenza, o H1N1 é a Influenza A, para tratar a Influenza A e B, que são os dois tipos de Influenza, que tem interesse médico. O medicamento usado nas primeiras 24 horas, que muda totalmente a evolução dessa gripe, dessa doença H1N1, é o *Tamiflu* e o genérico que já falei aqui, que é o *Oseltamivir*, e que muitas unidades de saúde não têm o medicamento para ser fornecido para os pacientes. O *Tamiflu* era um medicamento que no passado só tinha em farmácia, custava caro. Fiz um cálculo e mais ou menos, hoje, para um tratamento custaria mais de R\$ 200,00. Com a pandemia do H1N1, em 2009, o Governo comprou grandes quantidades para fazer o tratamento e, depois, quebrou a patente. Como o medicamento é usado com frequência e é de graça nas unidades de saúde, não existe mais em farmácia, não tem mais, porque se é encontrado de graça não tem sentido você comprar um medicamento que custa mais de R\$ 200,00. Olhem, tenho experiência, fui um profissional que atendi centenas de pacientes com H1N1 na

pandemia de 2009. Você usando nas primeiras 24, 48 horas, é incrível como você não tinha praticamente pacientes que evoluíam com sintomas graves ou com as complicações, porque o H1N1 leva a muitas complicações: sinusite e, principalmente, pneumonias. Encontramos pacientes que falam o seguinte: “*Nossa, estou com aqui sintomas de febre, de tosse, dor de garganta, coriza, há uma semana*”. Às vezes, alguns sintomas como tosse persiste por semanas. Esse é um quadro de H1N1 e que o uso do *Tamiflu*, nas primeiras 48 horas, realmente altera de forma significativa. Então, aquilo que estamos fazendo hoje, aqui, sabemos que é o Ministério da Saúde que produz. Queremos saber se realmente não foram repostos os estoques. Sabemos também o seguinte: que na vacinação a cobertura foi muito baixa, as pessoas não foram vacinar. Na vacina trivalente, que é aquela que foi fornecida pelas unidades de saúde, consta o Influenza A, que é o H1N1, o H3N2 e o B, que é a linhagem Victoria. Sabemos que muitas pessoas que tinham a possibilidade de vacinar não vacinaram. Então, que realmente a vacinação foi baixa? Foi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Tercilio, V.Ex.^a tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Ou se tivermos aí também uma variante, mas que existem surtos de H1N1, de gripe Influenza e Influenza A, isso é verdadeiro. Então, queríamos saber qual é o motivo, se isso realmente procede, a falta de *Tamiflu* nas unidades de saúde. Obrigado.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Deputado Tercilio, Cristina...

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Pode pedir pela ordem, Deputada Cristina. Ele já finalizou.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRÌ (PSDB): Pela Ordem. Não, mas era para falar do assunto mesmo. O que eu queria dizer, pela ordem, é que realmente está faltando, Deputado. Um filho de uma amiga minha virou Maringá inteira e não encontrou o remédio, o *Tamiflu*, não tem nas farmácias e não tem nas unidades de saúde. Era isso.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Pela ordem, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Só queria fazer um registro, que a Seleção Brasileira de Rugby Feminino venceu a Colômbia, no último sábado, lá no Paraguai, e garantiu uma vaga inédita na Copa do Mundo, que será disputada no ano que vem, na Inglaterra, e dentre elas, dentre esse time há três paranaenses: a Julia e a Larissa, do Coritiba Rugby, e a Giovanna Barth, do Maringá. Então, render as nossas homenagens a essas três paranaenses que estarão na Copa do Mundo no ano que vem, inclusive o nosso querido Juarez acompanhou o jogo lá no último sábado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Legal, importante, a nossa Casa aqui também faz esta belíssima homenagem, em nome de todos os Deputados, através da Deputada Mabel. Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda, no horário da Liderança do Partido Liberal.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas e Deputados e todos que acompanham esta Sessão Plenária. Bom, primeiramente, como alguns colegas já falaram aqui a respeito de descriminalizar a venda, ou melhor, o uso da maconha, mais uma atitude irresponsável do Supremo Tribunal Federal, uma atitude que joga contra a população, joga contra os valores, tudo o que sempre defendemos aqui, nós conservadores – quando falo “nós” é a maioria do povo brasileiro. A quem interessa descriminalizar a venda de maconha? A quem, Ministro Alexandre de Moraes e seus pares do Supremo Tribunal Federal? Se a venda de droga é proibida e o cara pode usar, onde ele vai comprar? Pergunto aos senhores do Supremo: Onde? Na boca? Na *biqueira*? Quem lucra com isso? O traficante. Então, quando aqui afirmamos, durante a campanha, que o Lula fez campanha lá no CPX e que tinha um grande acordo com o crime organizado, a Esquerda tinha acordo com o Comando Vermelho, com o PCC, alguém ainda tem dúvida disso? Alguém tem dúvida? Todos os Deputados do PT são favoráveis a descriminalizar as drogas, a liberar a saidinha, a liberar bandido em audiência de custódia. Isso favorece a quem? Apenas, Delegado Tito,

apenas ao crime organizado. Vergonha desse Supremo Tribunal Federal! Vocês estão destruindo o Brasil. Além de o Alexandre de Moraes agir contra o Estado Democrático de Direito, prendendo inocentes, hoje temos no Brasil presos políticos, porque temos aí um ex-presidiário como Presidente, que adora preso político, tanto é que defende os ditadores de Cuba, Venezuela, Nicarágua, e lá é normal prender sem prova, falou mal do Governo é “cana” ou morte por fuzilamento. É isso que o Governo do ódio do PT defende. Então, vocês do PT devem estar muito contentes que agora o traficante vai poder contratar os *aviãozinhos* e vender droga à vontade, até 40 gramas. Vocês têm noção de quanto vai lucrar o traficante? Quantos bilhões ele vai lucrar? Aí pergunto aos senhores: Ministros do Supremo, por que os senhores fizeram isso? Foi para ajudar o crime organizado? Ou para ajudar quem? Foi para jogar contra as famílias brasileiras? Sabemos muito bem a desgraça que as drogas causam na vida das pessoas. Vocês não estão preocupados com ninguém, vocês estão preocupados com outras coisas. Ainda bem que o prazo de validade dos senhores está chegando ao fim. Em 2026, com certeza, alguém sofrerá um *impeachment*, algum Ministro, e todos sabemos quem será o primeiro. Em 2026, a Direita volta forte aqui no Brasil, retomaremos o poder que foi roubado, retomaremos com muita força, da mesma forma que a Europa está retomando, da mesma forma que os Estados Unidos vai retomar. O mundo não aguenta mais a Esquerda. Quem experimentou a maldita Esquerda, hoje chora de dor de ver a vergonha que é o desgoverno da Esquerda, um massacre do povo, massacre em cima do povo. Que bom era no Governo Bolsonaro, não é, gente! Que lembranças boas que temos. Lembram as notícias que saiam? Hoje as notícias que saem são péssimas. Antigamente era lá: “*Brasil fecha 2022 com a menor taxa anual de desemprego em oito anos*”. Isso é Governo Bolsonaro pós-pandemia do Covid, pós-crise hídrica. Durante a Guerra entre a Ucrânia e a Rússia, o Brasil estava com a menor taxa de desemprego, diante de tantas crises. Isso é Governo Bolsonaro. Outra notícia que vinha na época: “*PIB cresce 2,9% em 2022 e fecha ano com 9,9 trilhões*”. Isso é Governo Bolsonaro. Diante de tudo o que passou, o Brasil vinha no caminho da prosperidade, em crescimento. As estatais fecharam com 180

bilhões de lucro, 180 bi. Saíram de 40 bi negativo, que foram surruiadas pelo PT, pelo Governo Lula e Dilma, e entregou as estatais com 188 bi de lucro. Lula pegou o Brasil com muito dinheiro em mãos, caixa cheio, pegou um superávit de 54 bilhões e, no primeiro ano, esse descondenado fecha as contas públicas com 250 bilhões de prejuízo de déficit fiscal. Para quem não sabe o que é déficit fiscal, é quando a arrecadação não paga o custo do Governo, a máquina inchada e corrupta, incompetente do PT, não há dinheiro que chegue, está afundando a cada dia. E aí eu vi aqui o Deputado, o meu colega Deputado Arilson, o qual respeito, acho que ele é um cara que tem que defender o indefensável, defender um ex-presidiário já é algo surreal, como é que pode defender um cara condenado e preso como o Lula? E aí as notícias, Deputado Arilson, que vemos no Brasil agora são de chorar: *"Real ultrapassa peso argentino e Brasil tem a pior moeda entre emergentes em 2024"*. Esse é o Brasil que o senhor diz que está indo bem, a moeda que mais desvalorizou, foi abaixo do peso argentino. Olha que vergonha! O Milei está há seis meses só lá, mas é Governo de Direita, não é? Esse é o Brasil que o senhor diz... *"Lula admite taxar carnes e propõe isentar frango"*. O povo come pé de frango, Sr. Lula, enquanto o senhor reclama da comida dos hotéis de luxo que o senhor fica, mas para o povo: *"Tadinho, não é? O franguinho, o pé já está bom demais"*. Preço dos alimentos, Deputado Arilson, já sobe mais do que o dobro da inflação este ano. Esse é o Brasil que o senhor falou que está dando certo, que eu estava mentindo para ganhar *like*. Não preciso ganhar *like* não, tenho que falar a verdade, que a grande mídia não fala porque vocês a compram. Falo e provo a fonte. Aqui a Revista Oeste: *"Investimento estrangeiro no Brasil tem queda de US\$ 12 bilhões no primeiro ano de Governo Lula"*. Isso que o Brasil, dizem que está sendo o País mais procurado para investimentos. Perdeu US\$ 12 bilhões no primeiro ano! Notícia de O Globo, jornal que vocês patrocinam. Gazeta do Povo, mais uma notícia boa aí no Governo Lula que o Arilson defende: *"Contradizendo promessas de Lula, investimento estrangeiro cai 17% em 2023"*. Deputado Arilson, cai 17% em 2023. Está aqui: Gazeta do Povo. Não é mentira! Folha de São Paulo, mais uma: *"Governo..."* Aí o senhor falou na sua fala na segunda-feira que o Lula atende a todos e está investindo muito em educação.

Então, uma informação errada, Deputado Arilson. Vou lhe orientar corretamente. *Folha de São Paulo*: “*Governo Lula corta mais de 4 bilhões de saúde, educação, ciência e tecnologia*”. É um Governo que gasta errado e corta onde tem que investir. Esse é o desgoverno do PT. Aí o senhor falou que o Governo Lula colocou 50 bilhões para atender os irmãos gaúchos, não é? Então, vou te dizer aqui. Quem disse isto foi o Prefeito de Porto Alegre: “*Lula não colocou um centavo nos abrigos, diz Prefeito de Porto Alegre*”. Nem um centavo! Aqueles 50 bi também não entraram. O Lula só promete, não cumpre uma coisa apenas! Só joga na mídia a matéria para vocês do PT divulgarem e pronto, o dinheiro desaparece. “*Rombo fiscal vai a 280 bilhões, mesmo com aumento de receita*”. Então, o PT é o Governo que mais aumentou impostos, que mais arrecadou com impostos e mesmo assim não fecha a conta, porque gasta indevidamente e sem controle nenhum. Duzentos e oitenta bilhões de rombo! Falando em viagem, que o senhor aí me corrigiu que o Lula não gastou 70 mil em uma diárida, opinião aí do PT, que desconfio muito, porém, quando o Bolsonaro viajava, todo país que tinha Embaixada, ele ficava hospedado na Embaixada. É o que um Presidente decente e que respeita o dinheiro público deveria fazer. Em um ano, Deputado Arilson, o seu Presidente, o Governo gastou 1 bilhão em viagens. Um bi! O senhor acha... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Fiz um pequeno resumo aqui do que é este desgoverno ou esta maldição que está no Governo. Este Governo do ex-presidiário é um Governo corrupto, incompetente, irresponsável e os números trago as fontes. Eu falo a verdade da tribuna, enquanto a *petezada* joga números ao ar, como o Lula sempre jogou. Quero saber onde está indo o dinheiro! Essas estatais, que tinham 180 bi de lucro, acabou o dinheiro! Não era melhor vocês do Supremo darem 48 horas para o Governo Lula explicar onde foram parar 180 bi de lucro das estatais, e hoje devem bilhões? Os Correios com quase 1 bi de prejuízo de novo! Vocês estão preocupados realmente é em atender o pessoal do crime

organizado. Que vergonha que está o Brasil! Mas, tem prazo de validade: dois anos e este lixo será varrido para sempre aqui do Brasil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pelo PT, Deputado Professor Lemos. Antes disso, registro a presença da Presidente do PT de Dois Vizinhos, Silvana Guzzo, por solicitação da Deputada Luciana Rafagnin. Seja bem-vinda.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento aqueles e aquelas que nos acompanham a distância, e também todos e todas que estão presentes aqui na Sessão, acompanhando esta Sessão nesta segunda-feira. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, todos os Poderes, exceto o Poder Executivo, protocolaram na Assembleia a proposta de reposição salarial para repor a inflação dos servidores, dos servidores do Poder Legislativo, dos servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e também do Tribunal de Contas. Não chegou ainda nesta Casa o Projeto de Lei, que tem que ser da lavra do Governador, para repor a inflação aos salários dos servidores do Poder Executivo, sejam policiais militares, sejam policiais civis, sejam policiais penais, professores e professoras, funcionários e funcionárias de escolas, servidores e servidoras da saúde, servidores e servidoras da Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente, da Assistência Social, da Secretaria do Trabalho, enfim, servidores e servidoras de todas as Secretarias do Estado, aposentados e da ativa, e no caso dos militares o pessoal que está na reserva. Então, não tem aqui protocolado na Casa nenhum Projeto do Governador. E o Estado está devendo! O Estado não pertence ao Governador, ele não é o dono do Estado, não pode fazer o que bem entender! Temos regras, temos uma Lei Estadual que definiu a data-base dos servidores do Estado. Essa Lei Estadual regulamentou o art. 37 da Constituição Federal e tem a obrigação todo o empregador de, pelo menos uma vez por ano, na data-base, repor a inflação aos trabalhadores, porque a inflação, por pequena que seja, retira o poder de compra do trabalhador, diminui o salário – você compra menos, porque a inflação desvaloriza aquele salário que você recebe. Então, o empregador tem uma dívida – e no caso o empregador é o

Estado do Paraná. Ele tem uma dívida com quem é funcionário público e precisa, no mínimo, repor a inflação, pagar essa dívida. O Governador do Paraná tem essa obrigação e não está cumprindo com essa obrigação. E é bom registrar que não há falta de dinheiro, não tem nenhum problema no orçamento do Estado que impeça, tem dinheiro em caixa; e também não tem nenhum problema com a legislação, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tem margem legal, fiscal. Tem tido, nos últimos anos, uma redução do gasto com pessoal, e isso reflete, evidentemente, na qualidade dos serviços prestados à população. Então é muito importante que valorizemos os servidores. Servidores valorizados são servidores que não precisam arrumar um outro serviço para complementar a sua renda, muitas vezes *fazendo bicos* para dar conta de pagar as suas dívidas, suas despesas a cada mês, e isso faz com que ele fique sobrecarregado, evidentemente, e caia a qualidade do serviço ofertado. Então, fica aqui mais uma vez a nossa cobrança. O Estado não pode se negar de cumprir a lei e de cumprir a Constituição. Então, aí há um desrespeito com a Constituição e com a lei, há um desrespeito com o servidor e com a servidora pública. E na medida em que esses servidores, que são milhares, não têm o seu salário corrigido para manter o poder de compra, isso se reflete também no comércio do Estado, no setor de serviços do Estado, isso se reflete negativamente na economia do Estado. Então, portanto, é necessário que o Estado, tendo ele neste momento como Governador o Ratinho Júnior, que ele mande para a Assembleia o quanto antes o Projeto de Lei para corrigir os salários dos servidores, pagando pelo menos a inflação do último período. Já recebemos aqui dos demais Poderes, está aqui para ser apreciado e votado nesta Casa, e é bom registrarmos que quem arrecada os impostos é o Poder Executivo, e faz a partilha. Então, tem dinheiro em todos os Poderes para fazer a reposição, tem também no Poder Executivo e o Governo não está tendo vontade política para cumprir com a sua obrigação. Então, é preciso que esta Casa e todos os Deputados e Deputadas façam um esforço para que o Governador mande para cá o quanto antes. Também quero registrar aqui que houve um desrespeito com professores e professoras, funcionários e funcionárias que estavam em greve, uma greve que não foi julgada ilegal, as faltas foram

colocadas com rapidez e colocaram mais faltas do que o período de greve. Teve professor, teve funcionário que recebeu uma quantia muito pequena no salário deste mês de junho. Colocaram faltas a mais, fizeram um cálculo que não está na lei. Não deveriam ter dado falta nenhuma, mas fizeram pior: colocaram mais faltas do que evidentemente os professores tiveram no período de greve. É preciso corrigir isso. Estamos solicitando que o Governo devolva o salário dos nossos professores, professoras e funcionários de escolas e, também, acolha o pedido dos pais, dos estudantes e dos próprios professores, autorizando a reposição das aulas, para que os estudantes tenham aula e tenham aula de verdade, porque aquilo que fizeram dizendo que os alunos tiveram aula não está correto, porque sequer tinha alunos na maioria das escolas onde eles consideraram que as aulas foram dadas, mesmo com a ausência dos professores. Então, não teve aulas. Portanto, é preciso repor essas aulas. Fica aqui, mais uma vez, a nossa solicitação que o Governo respeite os nossos estudantes, respeite os nossos professores, os nossos funcionários de escolas, suspenda essas faltas e permita a reposição de aulas, porque assim teremos o cumprimento do ano letivo, que é no mínimo 200 dias letivos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do ex-prefeito de Xambrê, Sr. Lucas, por solicitação do Deputado Soldado Adriano José. Seja bem-vindo. Deputado Hussein, declina. Deputado Requião, declina?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só quero dar um recado. Respeitosamente, peço licença, porque fizemos um acordo. O Governo do Paraná está aguardando, Presidente, o julgamento no STF de uma ação que vem lá de trás, que trata de pagar atrasados salariais na ordem de R\$ 12 bilhões. Evidentemente que o Governo está aguardando. Essa ação deve sair em breve, a decisão. Muda toda a configuração, caso o Estado seja condenado, mas não temos ainda uma definição. Portanto, quero deixar claro aqui, como Líder do Governo, que o Governo está aguardando a decisão do STF desse atrasado que vem lá do Governo Richa ainda, que eles questionaram, vem de outros Governos, enfim, são R\$ 12 bilhões. Está bem?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Bührer (UNIÃO) (52 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Marcio Pacheco (REP) e Tiago Amaral (PSD) (2 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 412/2024**, da Comissão Executiva, que concede a revisão geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como aos inativos e pensionistas; **Autuado sob o n.^º 413/2024**, do

Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública à Casa Padre Eduardo, obra unida à Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no município de Terra Rica; **Autuado sob o n.^o 414/2024**, da Deputada Marli Paulino, que proíbe a exposição de produtos similares juntos aos produtos originais em supermercados, centros de compras e demais estabelecimentos comerciais varejistas localizados no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 415/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de utilidade pública à Sociedade Rural de Astorga; **Autuado sob o n.^o 416/2024**, do Deputado Bazana, que insere no calendário de eventos do Estado do Paraná o Festival Nossa Arte; **Autuado sob o n.^o 417/2024**, do Deputado Bazana, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná as Olimpíadas das APAES; **Autuado sob o n.^o 418/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no calendário oficial do Estado do Paraná o evento “Pitangueiras CUP”; **Autuado sob o n.^o 419/2024**, do Deputado Bazana, que institui o monitoramento semanal pelos agentes comunitários de saúde do Governo do Estado do Paraná, nas residências habitadas por pessoas com deficiência que residam desacompanhados, único parente ou acompanhante no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 420/2024**, do Deputado Bazana, que estabelece a língua de sinais (Libras) como critério de desempate para prova de títulos em concursos públicos; **Autuado sob o n.^o 421/2024**, do Deputado Bazana, que concede o título de utilidade pública à Puxa Sargo Clube de Pesca, com sede no município de Matinhos; **Autuado sob o n.^o 422/2024**, do Deputado Anibelli Neto, que denomina Rodovia Prefeito Osvaldo Valarini o trecho da PR-465 que interliga os municípios de Araruna a Peabirú; **Autuado sob o n.^o 423/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que proíbe no Estado do Paraná os criminalmente condenados, com sentença criminal transitada em julgado, de realizarem, na posição de professor, debatedor, instrutor ou palestrante, cursos, palestras, seminários ou debates, no âmbito de qualquer órgão integrante dos poderes públicos do Estado, e dá outras providências; **Autuado sob o n.^o 424/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que dispõe sobre a obrigatoriedade de controle de velocidade para motocicletas utilizadas em serviços de entrega no Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob**

o n.^º 425/2024, da Deputada Flávia Francischini, que torna obrigatório que os veículos utilizados para a prestação de serviços de transporte e entregas por aplicativos de celular sejam devidamente emplacados no estado em que são prestados os serviços; **Autuado sob o n.^º 426/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que torna obrigatória a presença de mais de um tutor ou acompanhante para crianças ou pessoas que necessitem de auxílio no uso do banheiro em estabelecimentos de ensino; **Autuado sob o n.^º 427/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que institui a Campanha Permanente de Combate e Prevenção Alcoólica Fetal, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^º 428/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que altera a Lei n.^º 21.964, de 30 de abril de 2024, que institui o Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para acrescentar o art.^º 108-A do texto da lei, visando disciplinar penalidades para condutas discriminatórias contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA; **Autuado sob o n.^º 429/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que concede o título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Senhora Maria Helena Jansen de Mello Keinert; **Autuado sob o n.^º 430/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que institui o selo saúde segura, a ser desenvolvido e expedido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), para certificar a qualidade dos produtos comercializados pelas empresas fornecedoras de medicamentos e insumos na área da saúde, e dá outras providências; **Autuado sob o n.^º 431/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que institui no Estado do Paraná o Programa Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Dependência Química, na forma que especifica; **Autuado sob o n.^º 432/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que estabelece diretrizes para a atenção à saúde das pessoas com transtorno do espectro autista – TEA e/ou transtorno do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH na rede de saúde pública e na rede privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS; **Autuado sob o n^º 433/2024**, do Deputado Tiago Amaral, que inclui no calendário oficial de eventos turísticos do Estado do Paraná o “Dia do Calçadão”, a ser comemorado anualmente, no terceiro sábado do mês de agosto, no município de Londrina; **Autuado sob o n.^º 434/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que altera a Lei n.^º 21.926, de 11 de

abril de 2024, Código Estadual da Mulher, para estabelecer a disponibilização gratuita de contraceptivos reversíveis de longa duração para as mulheres paranaenses e definir outras providências correlatas; **Autuado sob o n.^º 435/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que institui o dever de notificação das vítimas de estupro, dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público; **Autuado sob o n.^º 436/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que dispõe sobre o Programa de Parcelamento Incentivado de Créditos Tributários relativos ao ICM e ao ICMS, multas ambientais e de créditos não tributários inscritos em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, nas condições que especifica; **Autuado sob o n.^º 437/2024**, da Deputada Flávia Francischini, que institui isenção de pagamento de pedágio para veículos de coleção durante os finais de semana e feriados; **Autuado sob o n.^º 438/2024**, do Deputado Matheus Vermelho, que denomina Deputado Nelson Meurer o trecho da PR-885, no município de Bom Jesus do Sul, conforme especifica; **Autuado sob o n.^º 439/2024**, do Deputado Cobra Repórter, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Nova Vida de Pesquisa e Desenvolvimento, com sede no município de Curitiba.

Projetos de Resolução: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 3/2024**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de maio de 2022; **Autuado sob o n.^º 4/2024**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de junho de 2022; **Autuado sob o n.^º 5/2024**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de julho de 2022; **Autuado sob o n.^º 6/2024**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de agosto de 2022; **Autuado sob o n.^º 7/2024**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de setembro de 2022; **Autuado sob o n.^º**

8/2024, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de outubro de 2022; **Autuado sob o n.º 9/2024**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de novembro de 2022; **Autuado sob o n.º 10/2024**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de dezembro de 2022.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Apoiados.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 1.ª Discussão da Proposta de Emenda à Constituição do Estado - PEC n.º 1/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 4/2024, que acrescenta o §4.º ao art. 125 da Constituição do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão Especial de Reforma da Constituição.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela ordem, Presidente. Quero solicitar a alguns Deputados que ainda não desceram e àqueles que estão presentes mas não registraram a presença, quero fazer o pedido.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Temos vários Deputados que ainda não registraram presença e estão em Plenário. Por favor, registrem a presença. Precisamos submeter ao voto a PEC e há a necessidade de 33 votos. Em discussão a PEC. Em votação a PEC. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Trata-se de um Projeto de Lei, Sr. Presidente, excepcional, porque traz a legalidade estrita. Os concursos públicos da Magistratura e Ministério Público há tempos já têm a prova

oral. Então, nada melhor do que a Procuradoria ter uma prova oral em caráter eliminatório. Está de parabéns o Governo do Estado do Paraná. Obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E todas as Procuradorias do Brasil também têm. O objetivo é unificar. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Votando. Deputado Gugu, Deputado Alexandre Amaro, Ana Júlia, Deputado Batatinha, Cobra Repórter, Delegado Tito, Denian, Deputado Douglas, Doutor Antenor, Fabio Oliveira, Hussein Bakri, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente, o meu voto é “sim”. Estou com dificuldades aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Nelson, é PEC e eu preciso que vote. Peço à assessoria que acompanhe o Deputado Nelson Justus. Deputado Jacovós, sei que V.Ex.^a está ao telefone. Por favor, precisa votar. Deputado Alexandre Amaro. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (44 Deputados); **Abstenção:** Dr. Antenor e Requião Filho (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Batatinha, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas e Tiago Amaral (8 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e 2 abstenções, **está aprovada a PEC.**

Temos quatro Redações Finais. Faremos votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 670/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que altera a Lei n.^º 17.335, de 10 de outubro de 2012, que instituiu o Programa de Combate ao Bullying.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 94/2022, de autoria do Deputado Goura, que institui a Semana do Rio Ribeira do Iguape, a ser realizada anualmente de 6 a 12 de outubro.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 428/2023, que institui a Semana Estadual da Qualidade do Ar Interior, a ser realizada anualmente na semana que integra o dia 14 de agosto, Dia Interamericano da Qualidade do Ar.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 28/2024, de autoria do Deputado Luis Raimundo Corti, que estabelece o Dia Estadual da Defesa Civil, a ser comemorado anualmente no dia 29 de dezembro.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados**.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 362/2023, de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Delegado Jacovós, Mabel Canto e Marcio Pacheco, que cria a Política Estadual de Saúde Mental para a Comunidade Escolar da Rede Pública do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública, Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência e Comissão de Educação. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: ***[Votaram Sim]***: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia

Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Batatinha, Del. Tito Barichello, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Nelson Justus, Ney Leprevost, Requião Filho e Tiago Amaral (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 362/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Anibelli Neto, Delegado Tito Barichello, Marli Paulino, Nelson Justus e Ney Leprevost.)

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Presidente, pela ordem.
Voto favorável. Obrigado.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, registre o voto favorável, por gentileza.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): O meu também, por favor.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Da mesma forma, Presidente Traiano, Deputado Anibelli Neto, "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Então, são 47 votos favoráveis ao Substitutivo Geral. Quem mais? Deputado Anibelli, 48 votos. Deputado Nelson Justus, 49 votos. Está aprovado o Substitutivo Geral.

ITEM 7 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 427/2023, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Programa Ração Pet para os cães Policiais do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Vamos também submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, vamos votar, por favor. Deputado Marcel, Ney Leprevost, Soldado Adriano, Cristina Silvestri. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre**

Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.** (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Ney Leprevost.)

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, registre voto “sim”, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok, Deputado.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 559/2023, de autoria dos Deputados Soldado Adriano José, Do Carmo, Maria Victoria, Evandro Araujo e Delegado Jacovós, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Maria Iraclézia de Araújo. Parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra,

Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (45 Deputados); Abstenção: Renato Freitas (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Batatinha, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Marcio Pacheco, Requião Filho e Tiago Amaral (8 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e 1 abstenção, está aprovado o Projeto de Lei n.º 559/2023.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 13/2024, de autoria do Deputado Dr. Antenor, que institui a Carteira Estadual de Identificação da Pessoa com Epilepsia e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, estou encerrando a votação. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Batatinha, Denian Couto, Evandro Araújo, Goura, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Substitutivo Geral. (O Sr. Presidente, Deputado*

Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Marcelo Rangel.)

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Senhor Presidente, se o senhor pudesse registrar o voto “sim” para Marcelo Rangel, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Devidamente registrado em Ata.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 102/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 9/2024, que altera a Lei n.^º 17.244, de 17 de julho de 2012, que institui o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Emenda de Plenário n.^º 2 com parecer favorável da CCJ, na forma da subemenda modificativa. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cristina Silvestri, Goura, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 102/2024.**

Vamos submeter ao voto a Subemenda. Em discussão a Subemenda. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Goura, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago Amaral (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 521/2023, de autoria da Deputada Marli Paulino, que altera a Lei n.^º 18.624, de 20 de novembro de 2015, que institui o mês Maio Amarelo, dedicado as ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, meu voto é “sim”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Registrar aqui a presença do Vereador Thales, de Sertaneja. Está presente aqui na Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seja bem-vindo, Vereador, a pedido do Deputado Cobra Repórter. Como votam os Deputados Matheus Vermelho, Delegado Tito, Evandro Araújo, Flávia, Goura? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Goura, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Requião Filho e Tiago Amaral (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 521/2023.**

Os **Itens 12, 14 e 16** faremos votação agrupada no painel.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 950/2023, de autoria da Deputada Flávia Francischini, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos do Autista de Piên, com sede no município de Piên. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 316/2024, de autoria do Deputado Paulo Gomes, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Desportiva e Cultural Lapeana, com sede no município da Lapa - Paraná. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 401/2024, de autoria da Deputada Mabel Canto, que concede o título de Utilidade Pública à Santa Casa de

Misericórdia de Ponta Grossa, com sede no município de Ponta Grossa/PR.
Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Do Carmo.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Senhor Presidente, só queria fazer um agradecimento – e gostaria que ficasse aqui registrado –, ao Deputado Jacovós. Fizemos um grande evento na cidade de Maringá e o Jacovós, como sempre, um companheiro, um amigo, ele nos cedeu a sua chácara e fizemos um evento com mais de 7 mil pessoas. Então, gostaria de deixar o registro, porque é um amigo que temos lá em Maringá. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado...

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, queria fazer um registro também. Ele não chamou, não convidou ninguém da Casa para ir!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Cobra, V.Ex.^a fez alguma questão de ordem?

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Não, só porque o Do Carmo não chamou ninguém aqui da Casa para ir. Convidou o senhor? Não convidou nós aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, eu não faço parte desse time ainda. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis*

Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (47 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Cristina Silvestri, Goura, Marcio Pacheco, Requião Filho e Tiago Amaral (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 290/2024, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Do Carmo, Evandro Araujo, Soldado Adriano Jose, Anibelli Neto e Tiago Amaral, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Jurandir Coronado Aguilar. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Fabio Oliveira, Goura, Marcio Pacheco, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 290/2024.

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 375/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 41/2024, que institui o Fundo Estadual em Infraestrutura Inteligente e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição encaminha voto “não”. Repetindo, voto “não” da Oposição.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço licença para repetir aos Deputados que compõem a Base, o nosso voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados Anibelli, Alexandre Curi, Do Carmo, Gugu Bueno. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Requião Filho e Tiago Amaral (6 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 375/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1710/2024, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Saúde, requerendo informações sobre o fornecimento do Tamiflu - Fosfato de Oseltamivir (genérico) na rede pública de atendimento à saúde.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Envio de Expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Envio de Expediente.
Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.

Requerimento n.º 1703/2024, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a diminuição do interstício para discussão e votação da PEC 1/2024, de autoria do Poder Executivo. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1709/2024, do Deputado Paulo Gomes, solicitando a anexação dos Projetos de Lei discriminados, que tramitam nesta Casa, para a Comissão Especial de Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1707/2024, dos Deputados Soldado Adriano José, Maria Victória, Do Carmo, Evandro Araújo e Delegado Jacovós, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 559/2023, por ter sido aprovado em dois turnos sem emendas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1687/2024, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Lauro de Moura e

Costa, ocorrido no dia 26 de junho de 2024, no município de Curitiba; **Requerimentos n.^{os} 1689 e 1691/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo providências para: poda de árvores ao longo da Rua João Alencar Guimarães, no bairro Santa Quitéria; contratação de médicos especialistas para a Unidade de Santa Efigênia, no bairro Barreirinha; **Requerimento n.^º 1690/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, requerendo providências para a construção da cobertura da quadra esportiva e para a realização de demais reparos no Colégio Estadual Angelo Volpato, no bairro Santa Felicidade, em Curitiba; **Requerimento n.^º 1692/2024**, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Márcio Teixeira dos Santos, Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, comunicando o não cumprimento, regulamentação e aplicação da Lei Municipal n.^º 15.989/2022, que institucionaliza o programa conhecido como Rodas de Conversa no sistema de educação municipal de Curitiba; **Requerimento n.^º 1693/2024**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento de Ana Paula Hassen; **Requerimento n.^º 1694/2024**, do Deputado Luís Corti, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações comemoração honrosa para o Sr. Luis Flávio Fidelis Gonçalves, pela relevante contribuição enquanto Presidente da Associação dos Registradores de Imóveis do Paraná, na divulgação e esclarecimentos sobre o tema da regularização fundiária; **Requerimento n.^º 1695/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Centro de Tradições Gaúchas Mandirituba, pelo trabalho valoroso desenvolvido pelo CTG, na busca de resgatar e manter os verdadeiros hábitos e valores das tradições gaúchas; **Requerimento n.^º 1696/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa para a Sr.^a Negra Dirce (Dirce Santos), pelos brilhantes serviços prestados pela ONG Respeito não Tem Cor, que tem como missão principal apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade social; **Requerimento n.^º 1697/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o

envio de expediente ao Prefeito Municipal de Curitiba, requerendo informações e providências quanto à implementação de vacinação contra as hepatites virais, especificamente quanto à Hepatite A; **Requerimento n.º 1698/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos valorosos guardas municipais de Araucária relacionados, pelos brilhantes serviços prestados no combate e enfrentamento ao crime organizado e proteção à população paranaense; **Requerimento n.º 1699/2024**, da Deputada Cloara Pinheiro, solicitando o envio de moção de aplausos à Sr.^a Ana Caluciuc, pelos serviços prestados à comunidade do município de Campo Largo; **Requerimento n.º 1701/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos Ex.^{mos} Sr.^s Presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, Secretário de Estado da Segurança Pública, Secretário de Estado da Educação, Secretário de Estado da Saúde e Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, requerendo providências e investigação quanto à suspeita de expedição e venda irregular de Atestados Médicos e uso por empregados de empresas e servidores públicos para justificar faltas no trabalho; **Requerimento n.º 1704/2024**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa às pessoas físicas relacionadas pela prática e promoção da Arte e incentivo a Cultura no Estado do Paraná, em complementação ao Requerimento n.º 1661/2024; **Requerimento n.º 1711/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações a todos os profissionais de saúde e colaboradores dos hospitais, pelo compromisso incansável e dedicação exemplar nos relevantes serviços prestados à população paranaense na área da saúde e por ocasião do Dia Nacional do Hospital, celebrado em 2 de julho.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1700/2024**, dos Deputados Tiago Amaral e Cobra Repórter, requerendo a inclusão do Deputado Tiago Amaral como coautor do Projeto de Lei n.º 898/2023; **Requerimento n.º 1702/2024**, do Deputado Alexandre Curi, requerendo a inclusão de seu nome como coautor do Projeto de Lei n.º 290/2024; **Requerimento n.º 1705/2024**, do

Deputado Alexandre Curi, requerendo a autorização para se ausentar do País no período de 6 a 14 de julho de 2024, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1706/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de junho de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1688/2024**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de junho de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando: uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia** – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 102/2024 e 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.os 375/2024 e 401/2024; e para o dia de amanhã três Sessões, sendo uma **Sessão Ordinária**, à hora regimental, uma **Sessão Extraordinária** na sequência e a **Sessão Ordinária** antecipada de quarta-feira, dia 4 de julho, logo após, com as seguintes **Ordens do Dia**: 1.^a **Sessão Ordinária** - 2.^a Discussão do PEC n.º 1/2024, Redação Final do Projeto de Lei n.º 102/2024, 3.^a Discussão dos Projetos de Lei n.os 362/2023, 427/2023 e 13/2024, 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.os 521/2023, 950/2023, 290/2024, 316/2024 e 375/2024 e 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 8/2024 e do Projeto de Lei n.º 385/2024; **Sessão Extraordinária** - 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 375/2024; e **Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira** - Redação Final do Projeto de Lei n.º 375/2024, 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º Complementar 8/2024 e do Projeto de Lei n.º 385/2024 e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.os 470/2023, 950/2023, 110/2024, 175/2024, 239/2024, 333/2024, 336/2024 e 338/2024. Levanta-se a Sessão. Vamos registrar presença para a Sessão Extraordinária...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Enquanto os colegas Deputados e Deputadas registram presença, é óbvio que todos sabem que teremos uma Extraordinária agora e, logo após, aos titulares e suplentes da CCJ, peço penhoradamente que se encaminhem para lá, para que possamos deliberar sobre as Emendas apostas sobre esse Projeto do fundo aqui. São cinco Emendas e queria fazer um pedido para que todos os Deputados e Deputadas, a partir dessa próxima Sessão, para que tivéssemos quórum. Fui informado de que o Presidente da Sessão será o Deputado Jacovós, visto que o Deputado Tiago Amaral estará ausente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h37, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)